



Alguém lhe ligou oferecendo benefício da Previdência? Cuidado, isso é golpe.

Golpes contra beneficiários do INSS aumentaram em 2017 e crescem exatamente nessa época do ano, devido ao pagamento da antecipação do 13º aos aposentados e pensionistas. Golpistas preparam vários esquemas fraudulentos. Os golpes são os mais variados e ocorrem o ano todo. Em sua página na internet, a Previdência Social faz o alerta, conforme reproduzimos nesta edição. Mesmo assim, muitos segurados acabam caindo nos golpes feitos por telefone.

Desta vez, a modalidade é o da revisão de benefícios. A ouvidoria da Previdência Social detectou, este ano, 732 denúncias de fraude e muitas outras devem ter ocorrido sem que houvesse queixa de segurados. A Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda está fazendo um alerta à população contra esses golpes praticados por fraudadores que se passam por representantes do órgão para oferecer benefícios e extorquir os segurados. Em 2016, foram cadastradas 948 manifestações na Ouvidoria reportando esse tipo de golpe.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 03/09/2017

Previdência diz que não solicita dados pessoais

A Previdência informa aos cidadãos que não solicita dados pessoais dos seus segurados por e-mail ou telefone e também não realiza nenhuma forma de cobrança para prestar o atendimento nem realizar seus serviços. A principal recomendação da instituição para os seus segurados é que não utilizem intermediários para entrar em contato com a Previdência e, em hipótese alguma, depositem qualquer quantia para ter direito a algum benefício previdenciário.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 03/09/2017

Como são feitas as abordagens

Há situações em que os fraudadores enviam documentos a segurados se passando por uma falsa "Auditoria Geral Previdenciária", convocando-os a uma "Chamada para Resgate". Segundo o documento, os segurados teriam direito a resgate de valores devidos a participantes de carteiras de pecúlio que teriam sido descontados da folha de pagamento como aposentadoria complementar.

A Secretaria de Previdência esclarece que não entra em contato com seus segurados por meio desse tipo de abordagem, muito menos tem algum tipo de relação com planos de previdência complementar para segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os benefícios que são pagos mensalmente pelo INSS são da previdência pública, contributiva por todos os trabalhadores filiados ao Regime Geral de Previdência Social.

Em outras situações, os criminosos abordam os segurados e afirmam que estes teriam direito a receber valores referentes a uma falsa

revisão de benefícios concedidos à época do governo Collor. Mas na verdade trata-se de um golpe. Todas as revisões de benefícios realizadas pela Previdência são baseadas na legislação e os segurados não precisam realizar nenhum pagamento para ter direito a qualquer benefício.

Há casos também em que a quadrilha entra em contato com o segurado para informar que teriam direito a receber precatórios, solicitando que o cidadão que entre em contato por meio do número de telefone informado para que o valor seja rapidamente liberado.

Outras vezes, os fraudadores enviam ofícios e comunicações em nome da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autarquia vinculada ao ministério da Fazenda, orientando aos participantes e assistidos sobre o direito de resgate de contribuições de planos de aposentadoria complementar. Para isso, solicitam informações pessoais ou bancárias dos cidadãos, cobrando pelos serviços prestados ou custas judiciais.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 03/09/2017

MP vai atrasar pagamento dos abonos sociais para os idosos

A medida provisória anunciada pelo presidente Michel Temer no mês de agosto, reduziu a idade mínima para o saque das cotas de 70 anos para 65 (homens) e 62 (mulheres), mas também estabeleceu um novo calendário de pagamentos. Quem se encaixa nos critérios de saque por aposentadoria ou idade deverá aguardar a divulgação do cronograma, que se estenderá de outubro de 2017 a março de 2018 — pagamentos por invalidez, deficiência física ou morte seguem normalmente. Hoje, quem se cadastrou no Fundo PIS/Pasep até 4 de outubro de 1988 e ainda não retirou a cota tem direito ao saque imediato. Para Mario Avelino, presidente do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador, o governo “deu dez e tirou oito”. Ele considera positiva a redução da idade mínima, mas diz não ser justo impor um atraso a quem já tinha direito ao benefício.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 02/09/2017

Desembargadores e ministros criticam reforma trabalhista

“Com a reforma trabalhista, o Brasil abandona o princípio da proteção social. A nova lei, com vigência a partir de novembro, retira direitos dos trabalhadores”. A opinião é do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Augusto César Leite de Carvalho, que falou sobre o assunto durante seminário realizado em São Paulo. Palestrante do evento sobre relações trabalhistas no setor de transporte rodoviário de cargas, o juiz disse que a reforma é estrutural e altera substancialmente o direito do trabalho.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 04/09/2017

Sindicalista diz que legislação sobre a terceirização é escandalosa

O presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários no Estado de São Paulo (Fttresp), Valdir de Souza Pestana, disse, ao abrir o seminário, que a reforma trabalhista foi precedida de uma lei de terceirização “escandalosa”. Para o sindicalista, trabalhadores, empresários, advogados e operadores de direito “têm passado um bom tempo na tentativa de entender a nova legislação e este é um dos motivos do seminário”. Também presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Santos, Pestana disse que “todo dia ocorrem demissões no setor, elevando o nível de preocupação geral”. A expectativa do movimento sindical de mudança em artigos da lei que são nocivos aos trabalhadores se concentra agora no STF, onde a Procuradoria Geral da República (PGR), entrou com o pedido de inconstitucionalidade de alguns pontos da reforma trabalhista.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 04/09/2017

Presidente do TRT/SP também faz críticas

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP), Wilson Fernandes, que falou antes do ministro do TST, também criticou a reforma trabalhista. “A lei rompe paradigmas e aumenta a desigualdade entre trabalhador e empregador”, disse. “Desde que se organizou a CLT, não houve uma alteração tão grande nos direitos dos trabalhadores”. Para ele, a reforma “altera o perfil do direito do trabalho. Sempre tivemos como norma a proteção pela igualdade. Com certeza, teremos tempos conturbados pela frente”. “A nova lei tem potencial para gerar novos conflitos”, ponderou o presidente do TRT. “E cabe a nós operarmos para que os conflitos não se tornem maiores ainda. ”

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 04/09/2017